A Condição Humana – Literatura

Gostaria de agradecer à prof. Dra. Izabel Rios e ao presidente da mesa, meu professor e amigo, Dr. José Ricardo Ayres, o honroso convite para estar aqui. Muito poderia ser dito em uma mesa sobre a "Condição Humana" e mais especificamente sobre o tema que me coube, das relações que ela tem com a literatura. Tive então de fazer uma escolha. Optei pelo caminho mais rápido e mais simples. Rápido, em função da minhas restrições de tempo. Simples, devido a minha hesitação em fazer pronunciamentos sobre outros campos nos quais não tenho treinamento específico, como é exatamente o caso, sendo essa razão de ter escolhido um caminho não necessariamente inédito. Mas, como fui convencido (diria, intimado) a falar sobre esse fascinante assunto, seguem então algumas minhas breves considerações.

Minha fala tentará abordar a condição de possibilidade do humano pelo viés literário. O que a literatura tem a ver com nossa humanidade? Para conseguirmos nosso objetivo, será necessário mostrar primeiro como a literatura, ou como sua substância, chamam alguns,– a linguagem, pode constituir o que entendemos por humanidade. "Nossa humanidade". Este é um ponto de vista interessante e bastante ambicioso já que temos, atualmente, uma fortíssima visada tecnológica a estruturar nossas relações o que fez com que alguns autores, como por exemplo Gilberto Dupas, chamarem o resultado de tal intromissão de pós-humanidade. Em tempos de pós-humanidade, portanto, que tipo de humanidade a literatura, ou antes, a própria linguagem, são capazes de nos possibilitar?

O que buscamos portanto é uma redescrição ontológica da humanidade a partir da linguagem e o primeiro passo a ser dado seria a construção de uma identidade subjetiva; de um sujeito, pela via da linguagem. Sem isso, é impossível falarmos de seres humanos e de sua humanidade decorrente. E isso é viável? Para essa tarefa, utilizaremos do trabalho do linguista franco-sírio Émile Benveniste.[slide]

Benveniste em sua obra máxima Problèmes de linguistique générale [slide] tem um capítulo intitulado "Sobre a linguagem e a Subjetividade" [slide]. Seu raciocínio é o seguinte: A linguagem não é, como muitos poderiam pensar, um mero **instrumento** humano. Quando a vemos transmitir informações, ordens e perguntas estamos analisando especificamente um **discurso**, ato de fala, entre 2 pessoas, não a linguagem em si. Instrumentos são utensílios, artefatos feitos para serem utilizados de determinada maneira. Pensar na linguagem como algo fabricado é pensar na alegoria na qual 2 homens da caverna descobrem-se mutuamente e iniciam um proto-diálogo no qual a linguagem vai sendo progressivamente construída de modo que um possa falar onde encontrou a caça, por exemplo. Isso não existiu. O homem nunca foi separado da linguagem. A linguagem é a própria natureza do homem e fornece sua essência [slide]. Na prática cotidiana o vaivem da palavra sugere uma troca e portanto, que alguma "coisa" esteja sendo trocada, a palavra parece assim assumir uma função instrumental como um carreador de algo que transformamos em objeto. Mas isso é a **palavra,** não a linguagem em si. Para que ela garanta a comunicação é preciso que a palavra habilite a linguagem por meio do discurso que é sempre feito de

um indíviduo para outro. Segundo Benveniste é pela linguagem que o homem se constitui como sujeito. Então eu cito uma passagem emblemática desse raciocínio: “A ‘subjetividade’ da qual tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’. Define-se não pelo sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo (...) , mas como unidade psíquica que transcende a totalidade das experiências vividas, que reúne e que assegura a permanência da consciência.”. E então ele diz: “Ego é aquele que diz ego”. Benveniste pensa a fundação da subjetividade como determinada pelo status linguístico da pessoa. Ele exemplifica tal fundação por meio do estudo das pessoas verbais. Ele diz:

A consciência de si só pode ser determinada por contraste. Eu uso “Eu” apenas quando estou falando com alguém que será o “tu” da minha fala. É o diálogo que constitui a “pessoa”. Podemos entender um diálogo como essa alternância de “eus” e “tus” a cada momento em que os interlocutores tomam a palavra. A base linguistica da subjetividade é revelada por meio da dialética entre esses dois termos. Os pronomes pessoais existem em todas as linguagens e em todas são diferentes das demais palavras: eles não se referem a um conceito ou a um indivíduo. Não há conceito algum em “Eu” que responde por todos os “eus” como há em árvore, cadeira, etc. Tecnicamente, “Eu” não é uma entidade léxica. Como pode um mesmo termo referir-se indiferentemente a qualquer individuo e ainda assim marcá-lo com sua individualidade? É, sem dúvida, uma classe especial de palavras. Ao que se refere esse estranho termo “eu” então?? Ele se refere ao ato de discurso individual no qual é pronunciado e dessa forma, institui o **locutor**. É a instância do discurso no qual “Eu” designa o locutor que tal individuo se proclama como sujeito. Eu cito: “É portanto, verdade que o fundamento da subjetividade está no exercício da língua [slide]. Se quisermos refletir bem sobre isso, veremos que não há outro testemunho objetivo da identidade do sujeito que não seja o que ele dá assim; ele mesmo sobre si mesmo”. Benveniste ainda faz no texto importantes considerações sobre o tempos verbais, como quando considera que a melhor definição de presente não é o momento onde estamos e sim, o tempo a partir do qual falamos, considerações que vai desenvolver ainda mais profundamente num artigo tardio de 1965 chamado “Language and Human Experience”.

Mesmo que não queiramos levar as ideias de Benveniste ao extremo de suas proposições, temos que considerar que ele abre uma dimensão ética, política e porque não, clínica, na linguagem que permite substituir as definições de sujeito, seja individual ou coletivo, por uma elaboração linguistica da subjetividade. Dimensão que portanto ajuda a nos libertarmos da equação que diz que o sujeito tem uma concepção identitária fixa. Nesse sentido, nos aproximamos pela via linguística de uma concepção dialética de sujeito iniciada por Hegel e seguida por Deleuze, Adorno e Lacan que contempla o **inumano**. É um conceito interessante dado que desenvolve uma crítica ao humanismo e propõe modos de subjetivação independentes de nossa concepção de humano com possibilidades interessantes e algumas vantagens. Esse assunto foi recentemente explorado no livro Grande Hotel Abismo pelo prof. Vladimir Safatle.

Já temos, portanto, um sujeito agente que pode, em ato, constituir-se por meio da linguagem. Mas isso ainda é muito pouco se quisermos entender a condição

humana por meio da literatura. Parecemos ainda muito distantes mesmo de um esboço de realidade. Nem um mundo temos; nosso pobre sujeito flutua num nada metafísico. É aqui que entra o trabalho de Paul Ricoeur [slide].

Ricoeur, discípulo de Heidegger, diz que os discursos, enunciações, sejam faladas ou escritas, não são apenas um "Eu" dirigindo-se a um interlocutor "tu" atualizando bits de sua interioridade. Há um "ser-no-mundo", e o que isso quer dizer? Todos devem lembrar que para Heidegger a vida é sempre vida NO mundo. O ser-aí (Dasein) não é trancafiado em si mesmo necessitando "sair fora de si" para encontrar o mundo. **O Dasein cotidianamente é revelado como o próprio mundo com o qual estamos familiarizados (Schalow). Ser-no-mundo é nossa principal indicação formal.** Por isso, para Ricoeur uma história contada, uma enunciação qualquer, **enraiza**-se no mundo e, ao ser lida, ouvida, assistida, modifica o mundo de quem a frui. Ricoeur acredita que a obra de arte (escrita, plástica, musical) **modifica** o **mundo** do leitor ou do espectador tendo como mediador o poeta, o narrador, etc. Tomando como base o conceito aristotélico de mímesis desenvolvido na Poética, Ricoeur dá ênfase para o que ele chama de "o antes e o depois da configuração poética"(Tempo e Narrativa pg. 81) e constrói a noção de uma mímesis tripartida [slide].

A **prefiguração** do campo prático se refere aos elementos disponíveis que estão lá à espera para compor o que Ricoeur chama de **intriga** (contexto); a **re-figuração** desse campo prático refere-se ao leitor e sua função de interpretar a obra e, assim, "mudar seu agir"; e a mediação é a ação do poeta, que implica a passagem do campo prefigurado para outro reconfigurado, por meio do processo de **configuração**, que é a construção da obra em si. O poeta é aquele que tem o poder de configuração. Cito Ricoeur: "O artífice das palavras não produz coisas, produz quase coisas, ele inventa o como-se".

A tripartição a qual me referi corresponde portanto aos conceitos de mímese I, II e III [slide][slide]:
Mímese I -> o corte na "realidade", em que se instaura o ato primordial de alinhavar uma intriga, que será composta na etapa seguinte (mímese II).
Mímese II -> o trabalho de mediação/configuração propriamente dito (núcleo da mímese e que corresponde ao conceito aristotélico de mímese).
Mímese III -> a recepção da obra, ou ação de ler.

[slide]Podemos indicar o tipo de saber que rege cada um dos estágios miméticos, a saber, ética, poética e hermenêutica. A questão de suma importância aqui é o conceito de **práxis**. [slide]A práxis pertence tanto ao domínio real, desenvolvido pela ética, como ao domínio imaginário, desenvolvido pela poética por meio do conceito de **verossimilhança**, por isso já temos uma função de ligação entre a mímesis I e II. O elo final é dado pela re-figuração [slide]. A Re-figuração é **mimética**, ou seja, ela não é uma reprodução pura e simples da realidade, mas a reestruturação do mundo do leitor justamente por confrontá-lo **com** o mundo da obra num círculo hermenêutico. [slide]Me é tentador relacionar tal esquema com nossa prática clínica cotidiana na qual o paciente e sua enfermidade constituem a pré-figuração interpretativa que é configurada por meio de uma narrativa e re-figurada pelo profissional de saúde.

Mas, já chegando ao fim desse nosso percurso, tudo isso ainda parece insuficiente. Parece ainda faltar um "salto metafísico", um pulo no nada, para que a literatura tenha um lugar no estatuto constituinte da condição humana. O que falta é a resposta à velha pergunta "Mas onde está a **verdade** de uma obra literária (plástica, musical, o que quer que seja)?" Se pudermos respondê-la, será mais fácil ver a literatura como indutora de um tipo de conhecimento. Mas, essa resposta não é assim facilmente obtida porque depende de nosso conceito de verdade. Para isso, precisaremos rapidamente retroceder à antiguidade grega.

Heráclito diz no fragmento 123 que a physis, como força criadora que rege todo o universo, precisa de um **ocultamento** para apresentar-se como **desvelamento** (como ***alethéia***). Platão e Aristóteles transformaram completamente esse conceito ancestral de verdade. Platão introduz a primazia da Ideia sobre a Alethéia e a verdade se transforma em **correção** da percepção e expressão. Se, com a alethéia, a verdade reside na **entidade** em si, no seu modo de auto-exibição; com a correção, ela torna-se uma característica do **comportamento do homem** frente às entidades, às coisas. Se Platão e Aristóteles eram cientes dessa dimensão ontológica da verdade, os filósofos medievais a reduziram a correção chamada por eles de *adaequatio intellectus et rei*. A verdade se torna a **correspondência** entre o espírito (mente, intelecto, juízo, etc) e a coisa. Heidegger chamou a atenção para essa perda da relação ontológica da verdade na filosofia e nos discursos modernos, em especial, pelo discurso científico e seu sucesso sem precedentes.

E aqui, novamente retornamos a Paul Ricoeur. Tanto o discurso científico como o discurso poético são sobre as coisas do mundo [slide]. O discurso poético, porém, não se refere aos objetos manipuláveis de nosso mundo cotidiano mas a nossa maneira de **pertencer** a esse mundo ANTES que a relação sujeito-objeto seja posta [slide]. No discurso científico utilizamos o conceito de adequação aos objetos submetido aos critérios de verificação e falsificação empíricos como verdade. O discurso poético questiona esses critérios e suspende a função referencial do discurso científico (ou descritivo) predominante [slide]. Ao fazer isso, abre caminho para uma referência não-descritiva do mundo, mais originária, e para uma verdade desvelada, relativa novamente ao ente, ontológica portanto. Alethéia.

Para terminar, cito a professora Jeanne-Marie Gagnebin, em quem me apoiei ao longo de todo meu argumento. Nesse livro recente, um conjunto de palestras de 2011 de vários filósofos sobre a obra de Paul Ricoeur, ela afirma: "É justamente porque a literatura, em particular a ficção, **não diz o mundo tal como ele é** (e isso mesmo na literatura dita realista!), porque ela reinventa o mundo, porque ela 'mente', como dizia Platão sobre os poetas, que ela permite o surgimento de outro tipo de verdade". E continua: "Não se trata de aproximar a ficção do real, mas, pelo contrário, de pensar sua distância como indício de outro devir que a literatura pode nos fazer pressentir". Todos lembramos que Platão expulsa os poetas de sua república há quase 2.500 anos atrás. Talvez já seja hora de os trazermos de volta… Muito obrigado.